ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ACTA

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2012

Aos vinte e oito dias do ano de dois mil e doze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na versão dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no n.º 1 do artigo 24º do respectivo Regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada sob a Presidência do Senhor José Carlos Simas Raposo, em substituição do Senhor Dionísio Pereira Leite, secretariado por Cândida Maria da Costa Benevides, como Primeira Secretária, e por Maria José Duarte, como Segunda Secretária, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 14 de Junho de 2012.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48º da citada Lei n.º 169/99, encontravam-se presentes o Senhor Presidente em exercício José Manuel Bolieiro e os Senhores Vereadores Alberto Leça, Luísa Magalhães, José Manuel Medeiros, José Andrade, Bruno Pacheco, José Carlos San-Bento.

O Presidente da Mesa declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quinze minutos, e aproveitou para cumprimentar todos os presentes.

Em seguida, procedeu à chamada, tendo respondido os seguintes Senhores Vogais:

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano, Luís Maurício Mendonça Santos, Maria da Conceição Monteiro, Cândida Maria da Costa Benevides, Jorge Manuel de Almada Macedo, Ricardo Manuel Viveiros Cabral, Robert Câmara, Isabel Maria D. A. Rodrigues, Maria da Conceição C.P.V. Arruda, Sónia Cristina Franco Nicolau, Marco António Moniz Silva, José Luís Pimentel

Amaral, Maria de Fátima Costa Soares Dias, José Carlos Simas Raposo, Manuel Fernando Oliveira Campos, Lucília Valadão, em substituição de Paulo Hugo Falcão Viveiros, Pedro Miguel Medina R. Raposo, Sara Cristina Brum de Medeiros, Maria José Botelho V.S.L. Duarte, Cláudio Borges Almeida, Vera Lúcia Pinheiro Pires, Sérgio Paulo Ávila Marques, André Filipe Matos de Carvalho e Maria Helena Tavares Chaves Costa.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia:

Ajuda da Bretanha: Bruno A. M. Correia, Arrifes: Eusébio Paulo Massa, Candelária Roberto Amaral, Capelas: André Manuel Pereira de Viveiros, Covoada: Maria do Rosário Aragão, Fajã de Baixo: Paulo Medeiros, Fajã de Cima: José do Rego Furtado, Fenais da Luz, João José Medeiros, Feteiras: João Manuel Raposo Barbosa, Ginetes: João Paulo Medeiros, Livramento: Manuel António Botelho Soares, Mosteiros: Paulo Jorge F. Almeida, São Sebastião: Fátima Moreira, Relva: José da Costa Melo, Remédios: André Filipe Machado Correia, Santa Bárbara: João Carlos Arruda, São José: Jorge Miguel Amaral Oliveira em substituição de José Francisco Garcia Mota, São Pedro: Francisco José Guedes, São Roque: Gilberto Araújo Rodrigues, Pilar da Bretanha: José M. Carvalho, Santa Clara: Ricardo Jorge Raposo Leite.

Não compareceu à reunião o Senhor Deputado Dionísio Pereira Leite que apresentou justificação.

A Senhora Deputada Maria Luísa de Medeiros Bairos e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Santo António: Domingos Vasconcelos, São Vicente: Eduardo M. O. Amaral e Sete Cidades: Manuel Arsénio Roque, também não compareceram à reunião e não apresentaram justificação.

Contadas as presenças e por haver *quórum*, nos termos do disposto no Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, prosseguiram os trabalhos.

O Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da correspondência recebida.

Período Antes da Ordem do Dia

Após, pediu a palavra a Senhora Deputada Maria José Duarte para leitura de voto de congratulação pela realização do I Congresso Local de Solidariedade Social de Ponta Delgada.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto de congratulação aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para declaração de voto, justificando que, embora o PS se associe a este voto, gostava que tivessem já sido realizados mais congressos, atendendo a que o mandato da Senhora Presidente da Câmara de Ponta Delgada já dura há mais anos.

Posto isto, foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para recomendação relativa a isenção do pagamento da fatura de consumo da água.

Não havendo pedidos de intervenção, foi a recomendação a votação, tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra do PSD, abstenção do PS e a favor PP, BE e Santa Clara Vida Nova.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Helena Costa para declaração de voto, justificando o voto contra do PSD por considerar que a fatura da água respeita a uma fração mínima do esforço financeiro nas IPSS, sendo que a maior fatura é de pagamento de recursos humanos, havendo, para o efeito, e em regra geral, protocolos e acordos neste sentido.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral para leitura de voto de congratulação ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada pela vitória no campeonato nacional de ginástica aeróbica da 1ª divisão, em todos os escalões etários.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto de congratulação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta e irá ser dado conhecimento do mesmo ao Clube.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Helena Costa para leitura de voto de congratulação pela instalação do DIAP em Ponta Delgada.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de congratulação aprovado com os votos favoráveis do PSD, PP, BE e Santa Clara Vida Nova e abstenção do PS e do Senhor Deputado Marco Silva.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para declaração de voto para justificar a abstenção do PS com o facto de haver duas questões a renovar: primeiro, o porquê de não ser ponderado o papel que a instalação destes serviços poderia ter para motor de desenvolvimento de territórios mais pequenos, por outro lado, porque esta medida se insere na renovação da justiça que se tem pautado por medidas de carácter centralista e sem atender aos impactos junto das populações e, nesta matéria, o PS está do lado dos que contestam a reforma da justiça.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Marco Silva para declaração de voto, justificando a sua abstenção com o facto de considerar que a reforma da justiça, no que diz respeito à ilha de São Miguel, não salvaguarda os interesses das populações. Concluiu, dizendo que a justiça é feita onde estão as populações.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Helena Costa para declaração de voto, dizendo não compreender que deputados eleitos por Ponta Delgada votem contra medidas que implementam serviços e mais-valias a este concelho.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral para leitura de voto de congratulação ao Clube de Kickboxing dos Arrifes pela vitória no campeonato nacional 2012 – Light Contact.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta e irá ser dado conhecimento ao Clube.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para uma declaração de voto tendo dito que há mais associações de kickboxing em São Miguel com campeões nacionais, devendo, também, ser enaltecida a atividade dos Clubes de Kickboxing de São Miguel, de Vila Franca do Campo, da Ilha Terceira e dos Biscoitos.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para leitura de voto de congratulação pela I Grande Mostra de Cultura Popular do Concelho de Ponta Delgada.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de congratulação a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Seguidamente, pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para leitura de um voto de congratulação ao Cine Clube 9500 Ponta Delgada e ao produtor Paulo Abreu.

Não havendo pedidos de intervenção, foi este voto de congratulação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Relativamente aos votos apresentados o Senhor Presidente da Mesa referiu que todos os votos serão para dar conhecimento às respectivas entidades.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo para apresentação da moção relativa ao Centro Interpretativo da Cultura do Ananás.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda que começou por dizer que não poderão votar favoravelmente esta moção. Primeiro, porque esta não considera a responsabilidade da Câmara Municipal na pressão urbanística da Fajã de Baixo e que está a prejudicar a cultura do ananás, limitando a área de estufas. Depois porque o PS considera que as suspeitas levantadas contra a associação Partilha, que se constituiu para defesa desta cultura, são desnecessárias, pois é de louvar o movimento civil criado com o propósito de salvaguardar a cultura do ananás. Mais, considera, também, uma atitude incorreta, criticar a rede de Centros Interpretativos que a região está a criar, e que visa descentralizar as estruturas do conhecimento do património local. A Senhora Deputada prosseguiu dizendo que a moção faz referência à iniciativa privada, sendo óbvio que o governo regional não pode apoiar iniciativas privadas. Finalmente, faz-se uma recomendação final na moção relativa ao lar de idosos e à reconsideração da localização do Centro Interpretativo, não se tendo em conta outras iniciativas que a autarquia já teve na Fajã de Baixo, como o centro de estudos de Natália Correia, e que poderia ser utilizados para os fins que a moção refere. Concluiu dizendo que o PS considera haver, assim, uma crítica sem fundamento.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Mauricio que considera que apenas está aqui em causa uma proposta positiva e construtiva no sentido de, descordando da localização do Centro Interpretativo, propondo nova localização. Disse, ainda, que não representa uma crítica ao dito Centro Interpretativo, pois não propõe a sua extinção. Relativamente à referência da Senhora Deputada Piedade Lalanda em relação à pressão urbanística, disse que quanto ao PDM a responsabilidade é do Governo Regional, sendo o peso da Camara Municipal minoritário. Finalizou dizendo que a proposta é positiva e que não deve ser reduzida a interpretações pessoais.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para dar nota do sentido de voto do BE, referindo que embora concordando com a ideia da moção, o texto apresentado confunde ideias e apresenta diferentes propósitos, sendo, assim, o sentido de voto do BE de abstenção.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para discordar da intervenção do Senhor Deputado Luís Maurício, referindo que a Câmara Municipal de Ponta Delgada tem responsabilidade na defesa do património urbanístico. Em relação à questão das estruturas museográficas as mesmas valem pela informação que oferecem e não pela localização, pelo que se o Governo Regional dispõe de um equipamento/edifício é nestes que poderá intervir diretamente.

No seguimento, pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para dizer discordar com a intervenção anterior, sublinhando que a localização para o centro ao pé da Igreja da Fajã de Baixo não faz sentido, pois os turistas quererão ter acesso aos ananases e às estufas e não apenas a um museu com informação referente ao dito fruto.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo para esclarecer não ter nada contra a Associação Partilha referindo, no entanto, nunca terem sido esclarecidos quais os propósitos e campo de ação da referida associação, pouco tendo visto, nos seus seis anos de existência, a ser feito pela cultura do ananás, para além da insistência em fazer o centro ao pé da Igreja da Fajã de Baixo, o que não é funcional e só prejudica os residentes na freguesia e no centro.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi a moção a votação tendo a mesma sido aprovada com os votos favoráveis de PSD, PP e Santa Clara Vida Nova e abstenção do PS e BE.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para declaração de voto, justificando o sentido favorável do mesmo com todas as intervenções realizadas anteriormente. Concluiu dizendo ser de lamentar que o PS, após todas as críticas que teceu nas intervenções anteriores, vote com uma abstenção.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para perguntar ao Senhor Presidente da Mesa se considera a intervenção anterior como uma declaração de voto.

O Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra para esclarecer que a intervenção do Senhor Deputado Luís Maurício se encontra dentro do que permite o regimento como sendo uma declaração de voto.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para declaração de voto, justificando que o partido socialista é a favor de todas as estruturas que sirvam para beneficiar a cultura local e por isso não poderia votar contra a existência do centro interpretativo da cultura do ananás. Não obstante, o PS não considera corretos os argumentos colocados na moção por isso se absteve.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para apresentação de proposta de deliberação para constituição de uma comissão destinada a inquirir as responsabilidades políticas relacionadas com o procedimento concursal destinado à celebração de um contrato de prestação de serviços de transporte de passageiros na cidade de Ponta Delgada.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina que começou por referir que os concursos devem ser geridos de uma forma transparente e com equidade de procedimentos e o parecer do Tribunal de Contas emite parecer indicando que tal não está a ser cumprido. Relembrou, neste sentido, que o Tribunal de Contas detetou irregularidades no tratamento aos concorrentes, pelo que apoia a criação de uma comissão de inquérito.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para referir que o PSD não concorda com os argumentos da proposta de deliberação, pois a mesma reflete uma vontade de inquirir as responsabilidades políticas da Senhora Presidente da Câmara. Considera não haver do ponto de vista regimental cabimento para comissões de inquérito. Em todo o caso, e discordando do conteúdo da

proposta do PS, o PSD vai votar contra a mesma, mas não vai obstar que uma comissão analise esta matéria.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente em exercício José Manuel Bolieiro, que começou por fazer uma primeira referência ao fato de esta ser a sua primeira assembleia no cargo em questão. Após, e endereçando a proposta de deliberação apresentada, referiu que o procedimento concursal seguiu sempre as normas legais, através de concurso público internacional. Sucede que teve um contencioso judicial de concorrentes que não concordaram com a avaliação de propostas, não concebendo que isto seja interpretado como interferência política na avaliação dos procedimentos e com falta de transparência. Concluiu dizendo que este executivo estimula que haja uma comissão de acompanhamento, para que estas questões possam ser de conhecimento público, tendo aproveitado o uso da palavra para dar alguns dados estatísticos da evolução dos custos mensais para o executivo camarário para a existência deste serviço.

Aquando da intervenção do Senhor Presidente, pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para solicitar esclarecimento quanto ao ponto do regimento que permite o uso da palavra por tanto tempo, sendo que é solicitado constantemente aos Senhores Deputados para abreviarem o tempo de discurso.

No seguimento, o Senhor Presidente da Mesa esclareceu que tem procurado ser equitativo na atribuição de tempo de intervenção a todos, considerando que a intervenção do Senhor Presidente está a ser útil e esclarecedora para todos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente que referiu não querer perturbar o equilíbrio na condução de trabalhos da Assembleia por parte do Senhor Presidente da Mesa e que se oferece, desde já, para se abster de prolongar a sua intervenção, solicitando, no entanto, que fique registado que não se furtou a prestar os esclarecimentos requeridos.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para dizer que no entender da bancado do PSD deverá o Senhor Presidente da Câmara continuar a prestar os esclarecimentos que entenda ter interesse para um melhor esclarecimento deste assunto.

No seguimento, o Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra para solicitar aos Senhores Deputados para votarem a sua proposta relativa à continuação dos esclarecimentos sobre o assunto em apreço, tal como diz o regimento no seu artigo 20º.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para dizer que o que está em causa é uma deliberação da bancada socialista. Isto é, o que está em discussão é uma proposta da bancada do PS para que seja criada uma comissão. Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente em exercício não está a intervir neste sentido. Assim, sublinhou que se a continuidade da intervenção deste ultimo é o processo concursal não é este o assunto em discussão pelo que o PS não concorda com a continuidade.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para dizer que o tema deste debate é o processo concursal dos mini-bus, e que o PSD é totalmente solidário com a continuidade da explicação do Senhor Presidente da Câmara em exercício.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra para dizer que sobre este assunto não poderá dar mais a palavra. Posteriormente, colocou à votação a proposta do Senhor Deputado Marco Silva referente à continuidade dos esclarecimentos por parte do Senhor Presidente em exercício.

A proposta foi aprovada, com votos favoráveis do PSD, CDS e Santa Clara Vida Nova, abstenção do BE e votos contra do PS.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues que fez uso da mesma para dizer ser esta uma tentativa desesperada por parte do PSD de anular uma avaliação e inquirição rigorosa a um concurso da Câmara, sendo que o ónus

desta fuga ficará com o PSD, não sendo aceitável que o Presidente em exercício altere o que está em discussão (a proposta de deliberação do PS) para uma análise do concurso dos mini-bus, sendo uma tentativa de esvaziamento da iniciativa do PS.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para realçar que, na sua opinião, deve a discussão centrar-se na proposta do PS, que é o essencial, e relembra que foi o próprio Tribunal de Contas que referiu a falta de transparência do processo concursal em causa, pelo que o CDS PP mantém a posição favorável à proposta de constituição de uma Comissão.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Luis Maurício para lembrar que houve votação no plenário no sentido de o Senhor Presidente continuar a prestar os esclarecimentos, tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque Gilberto Rodrigues para declaração de voto, para dizer que faltando um minuto e meio para o Senhor Presidente acabar a intervenção é lamentável que não o deixem falar, pois os seus esclarecimentos poderão ser o mais importante para ajudar a decidir se concorda com a Comissão. Finalizou dizendo que a população se queixa dos deputados regionais e de nada fazerem.

Neste momento, o Senhor Presidente da Mesa retirou a palavra ao Senhor Presidente da Junta Gilberto Rodrigues, pelo facto de achar que as declarações finais não são uma declaração de voto e serem pouco dignificantes para os senhores Deputados Regionais.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para defesa da honra para referir que esta não é a sede para acusações deste teor, sentindo-se também a bancada do PS ofendida pelo líder do PSD quando, num à parte, o mesmo referiu ao Senhor Deputado Ricardo Cabral “ se quiser saia da sala”.

Após, o Senhor Deputado Pedro Medina pediu a palavra para defesa da honra, tendo o Senhor Presidente da Mesa perguntado o motivo para a referida defesa e, posteriormente, dado a palavra.

O Senhor Deputado Pedro Medina referiu sentir-se ofendido, repudiando as afirmações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, pois generalizar uma classe não corresponde à verdade. Finalizou dizendo o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de São Roque manifestou vontade de votar contra, pelo que não é crível que refira que a intervenção do Senhor Presidente em exercício o ajude a decidir o seu sentido de voto.

Foi, dada, então, a palavra ao Senhor Presidente em exercício que prosseguiu a sua intervenção. Neste sentido, referiu que a recusa de visto do tribunal de contas era recorrível, não tendo a Câmara Municipal feito uso desta faculdade, preferindo anular o concurso. Prosseguiu explicando os procedimentos tomados pelo executivo camarário, cumprindo os mesmos os requisitos legais, o que não impede que os concorrentes que não concordem com as decisões possam recorrer, pois isto faz parte da vida da contratação pública. Finalmente, concluiu dizendo que lamenta o sucedido nesta assembleia, mas que pautou a sua intervenção anterior e a presente pela disponibilidade em esclarecer.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Marco Silva para alertar relativamente à provável impossibilidade de uma Assembleia Municipal constituir uma comissão de inquérito, pois as mesmas visam apurar responsabilidades criminais.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para, em primeiro lugar, abordar a questão da legitimidade da constituição desta comissão. Assim, esclareceu que em nenhum sítio da proposta do PS se lê que a Comissão é de “inquérito”, em todo o caso a lei não limita os objetos da constituição das comissões das Assembleias Municipais. Prosseguiu dizendo que o que interessa neste momento ao PS é a recusa do visto do Tribunal de Contas, porque a mesma tem subjacente a viciação das regras da concorrência. Assim, considera que a Comissão proposta é legítima e lamenta que o PSD tente

passar agora imagem de colaboração quando o que estão a tentar fazer é que os munícipes se esqueçam da recusa do visto e se centrem no futuro.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação dos Senhores Deputados prolongar o Período Antes da Ordem do dia por mais meia hora.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para dizer que o entendimento do PSD é que não há lugar a mais prolongamento sobre esta temática, considerando que se deve prosseguir com a votação da proposta do PS.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Gilberto Rodrigues para, numa interpelação à Mesa da Assembleia, voltar a esclarecer as suas declarações relativamente aos Senhores Deputados Regionais, dizendo que apenas referiu o que lhe vai sendo dito, não partilhando desta ideia.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi a proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra do PSD, e favoráveis do PS, PP, BE e Santa Clara Vida Nova.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para referir que ouviu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Feteiras, ao ser indagado pelo Presidente da Mesa, dizer votar a favor e que isto não é um lapso de linguagem, é uma expressão de voto.

O Senhor Presidente da Mesa voltou, então, a repetir a votação para não haver equívocos, tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra do PSD, e favoráveis do PS, PP, BE e Santa Clara Vida Nova.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral para dizer que considerou importante repetir-se a votação, para não haver mal entendidos.

Após, pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para declaração de voto, justificando que o PS não poderá pactuar com outras intensões que não sejam apenas o aproveitamento político de uma circunstância e não o interesse dos munícipes. Neste sentido, prosseguiu dizendo que, para que não possam ser acusados de ocultar o que quer que seja, o PSD propõe uma comissão de acompanhamento do processo de adjudicação do serviço de transportes públicos de mini-bus em Ponta Delgada.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para declaração de voto, para dizer que a proposta apresentada pelo PS não é para o futuro mas para tudo o que aconteceu desde Dezembro de 2010, ao invés do PSD, que ao chumbar esta proposta, pretende alhear-se daquilo que o Tribunal de Contas referiu ser uma gestão pouco rigorosa.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para apresentação de proposta de deliberação para criação de uma Comissão de Acompanhamento do processo concursal relativo à prestação de serviços de mini-bus, composta por elementos de todas as bancadas.

No seguimento, pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para lamentar o modo como esta proposta chega à Mesa da Assembleia, sem referência ou enquadramento legal, frisando, ainda, que em nenhum momento o PS sugere que a Comissão que propõe assuma a figura de Comissão de Inquérito. Concluiu dizendo que o PS votará contra esta proposta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para dizer que o que o PS pretende realizar é na verdade uma comissão de inquérito, mesmo que não haja referência concreta a este termo.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Francisco Guedes que começou por dizer que mais uma vez se pode verificar a falta de equilíbrio entre as bancadas e a dificuldade de diálogo. Referiu que a referência do PS ao facto de a Comissão ser para investigação reflete a desconfiança daquele partido quanto à transparência da atuação camarária. Disse, ainda, que a

proposta apresentada agora pelo PSD para criação de Comissão de Acompanhamento é, pelo contrário, justa e equitativa. E que, havendo maioria do PSD, qualquer proposta do PS será chumbada.

No seguimento, pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues que começou por fazer referência à intervenção anterior, que considerou ser antidemocrática. Prosseguiu dizendo que a Comissão de Acompanhamento proposta pelo PSD é para o futuro e que a prioridade não é isto, conforme, disse, se retira da proposta do PS. Sublinhou que o PS pretende apurar as responsabilidades políticas do procedimento concursal e que originaram o visto negativo por parte do Tribunal de Contas.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a proposta aprovada com os votos favoráveis do PSD, abstenção do PP e votos contra do PS, BE e Santa Clara Vida Nova.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto, justificando o voto contra pelo facto de a proposta apresentada, em alternativa à proposta do PS, pretender passar a acompanhar o que irá acontecer no futuro, o que não fará sentido se no presente forem sendo feitos os devidos esclarecimentos e acompanhamentos. Disse ainda que a afirmação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro reduz a referida comissão proposta à sua insignificância, pois todas as propostas de outros partidos para além do PSD seriam chumbadas.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para declaração de voto, justificando que fará mais sentido aprovar a proposta do PS e não a do PSD, pois não acrescentará nada de novo a este processo.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e deu a palavra ao munícipe Tiago Miranda.

O munícipe fez uso da palavra para falar sobre a freguesia da Bretanha e os problemas que se mantêm após a intempérie que ocorreu em Maio.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que esclareceu que perante a calamidade que ocorreu na Bretanha a pronta acção dos serviços de protecção civil e de acção social identificaram as acções a tomar e atuaram sobre as famílias afectadas.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa decretou quinze minutos de intervalo.

Período da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu à votação e aprovação da acta.

Neste sentido, solicitou a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda apenas para alertar sobre um lapso no nome indicado para intervir, devendo constar Isabel Rodrigues e não Sónia Nicolau na página vinte dois do referido documento.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi a acta a votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, BE, Santa Clara Vida Nova e PP e abstenção dos Senhores Deputados Luís Maurício, Conceição Arruda e Senhores Presidentes de Junta de Freguesias de Candelária e Fajã de Baixo.

Após, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício para apresentação da actividade camarária relativamente aos últimos dois meses.

PONTO 1 – INFORMAÇAO SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício para a apresentação, com suporte de *Power Point*, do relatório de actividades da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dos SMAS e relatório financeiro.

Este documento encontra-se anexo a esta acta.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral que começou por felicitar a Câmara Municipal pela IV mostra de cidade saudável, pois a bancada do PS reconhece que estas acções de saúde são difíceis de planear e colocar em prática. Quanto a isto, perguntou se existe um relatório final público sobre a avaliação a esta iniciativa. Em relação à polícia municipal perguntou qual a diferença entre acções de sensibilização e preventivas.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa solicitou que a Senhora Deputada Lucília Valadão substituísse a Senhora Secretária Maria José Duarte na mesa, já que a mesma terá de se ausentar na restante parte da reunião de assembleia a decorrer.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para solicitar esclarecimento quanto ao número de respostas dadas aos pedidos dos munícipes na área da acção social, como por exemplo no apoio à habitação degradada e da quantificação do que foi feito nisso. Prosseguiu dizendo, relativamente a um dos slides apresentados, e ao gráfico do mesmo, que apresenta apenas uma actividade, concretamente indica “0,2 de obras em casa”. Quanto a isso, não se compreende que se apresente um gráfico sobre isso. Quanto ao projecto ANIMA, a Senhora Deputada disse que o “projecto”, como lhe chamam, é uma empresa municipal, tal como “Ponta Delgada social”. Independentemente disto, disse, todos os trimestres recebem uma listagem de actividades realizadas faltando, no entanto, especificar que aspectos concretos foram apoiados. Finalmente, em relação ao departamento de apoio às freguesias indagou porque as fotografias das obras são as mesmas de há três meses atrás.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires que começou por elogiar a apresentação, que sofreu melhorias em relação às anteriores. Não obstante, indagou sobre alguns pontos dos slides, nomeadamente sobre a geo-referenciação e o que a mesma significará (questão já levantada por si

anteriormente) e sobre as acções realizadas pela polícia municipal, cujo número, superior a mil, leva a indagar que tipo de acções complementará tal conceito. Concluiu que provavelmente, assim, não fará sentido apresentar um relatório cujos parâmetros não estão bem definidos e explicados. A Senhora Deputada realçou, ainda, que a apresentação faz referências a actividades já passadas e referidas em anteriores apresentações camarárias.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que começou por perguntar quanto à pouca iluminação do centro de Ponta Delgada e que medidas pensa a Câmara Municipal implementar. Prosseguiu para falar sobre uma nova taxa aplicada circulação de veículos pesados que foi aprovada nesta Assembleia anteriormente e que o PS votou contra. Ora, disse, a razão deste encargo manifestou-se pelo facto de a Câmara ter autorizado a construção de determinados equipamentos dentro da cidade sendo que, posteriormente, passou a aplicar a taxa pela passagem dos pesados. Neste sentido, perguntou qual o ponto de situação relativamente a esta taxa. Em seguida, perguntou para quando teremos planos de pormenor de Ponta Delgada e planos de salvaguarda de determinados locais, sendo, esta, uma reivindicação antiga.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente à apresentação estatística das intervenções, tem de manter o rigor, daí o gráfico referido pela Senhora Deputada Piedade Lalanda conter apenas uma actividade, pois foi o que, de facto, se realizou. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cabral, o Senhor Presidente da Câmara em exercício referiu não ter possibilidade financeira nem de recursos humanos para o município assumir a responsabilidade de produzir relatórios no âmbito sugerido pelo Senhor Deputado. Disse, ainda, quanto à diferenciação entre acções de prevenção e de sensibilização da polícia municipal que necessita perguntar ao Comandante da Policia Municipal qual a diferença técnica entre as duas e que tipo de acções foram realizadas pela força policial em causa. Relativamente ao apoio social, explicou que os dados indicados como pedidos englobam também as suas concretizações. No que concerne ao projecto ANIMA referiu que o designou assim por não ser já uma empresa municipal, tendo sido feita fusão

com o Coliseu Micaelense. Em todo o caso, disse, parece-lhe uma questão de menor importância. Ainda quanto ao ANIMA referiu conceber que a descrição das actividades poderá sofrer melhorias. Quanto às fotografias apresentadas numa obra referida pela Senhora Deputada Piedade Lalanda referiu que as mesmas não são as mesmas e que a evolução das obras tem sido feita com base na disponibilidade financeira, sem calendário conclusivo. Finalizou, dizendo que não tem resposta ao requerimento da Senhora Deputada Vera Pires relativamente à questão sobre os idosos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires apenas para esclarecer que não se tratou de um requerimento mas de recomendação apresentada na Assembleia e votada.

Foi dada a palavra novamente ao Senhor Presidente da Câmara em exercício para responder às questões que a Senhora Deputada Sónia Nicolau havia colocado. Assim, começou por dizer que a opção de redução de horários de iluminação não partiu da Câmara mas foi sim uma proposta da Direção Regional de Energia. Prosseguiu dizendo que foi feita análise aos pedidos e que a diminuição do horário varia conforme os locais. Em todo o caso, referiu que havendo algum levantamento para análise rua a rua em determinados períodos, o executivo camarário estará disponível para fazer esta reflexão. Quanto à questão sobre a taxa a aplicar à passagem de pesados, solicitou à Senhora Deputada Sónia Nicolau esclarecimento sobre a questão.

Fez uso da palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para dizer que pretende esclarecer como é que as empresas têm encarado esta taxa e se a celeridade nas respostas às empresas têm sido de acordo com o trabalho que as mesmas estão a fazer.

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador José Medeiros que referiu que a taxa tem funcionando bem, contemplando três situações: ser pedida antecipadamente (72h), ser pedida com 48h ou ser pedida com urgência. Esclareceu, ainda, que há situações em que há persistência elevada do

trabalho de uma determinada empresa, considerando que poderá ser feita uma contabilização anual para aplicar.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, voltando ao mesmo assunto, reiterou o referido pelo Senhor Vereador. Quanto à questão dos planos de pormenor, referiu que o Plano Director Municipal suspenso foi da área agrícola e não da componente urbanística. Disse, ainda, que os municípios podem concretizar planos de pormenor, de facto, mas que os mesmos não são obrigatórios sendo apenas uma opção política e urbanística.

PONTO 2 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA E A RETE – ASSOCIAÇÃO PARA A COLABORAÇÃO ENTRE PORTOS E CIDADES

Foi presente o ofício n.º 9400, datado de 8 de Maio do ano em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviado o processo sobre o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação em conformidade com a alínea m) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de proposta feita ao Município e que, na condição de cidade portuária e virada para o mar, foi unanimemente aceite pelo município solicitando-se a aprovação da Assembleia.

Pediu a palavra o Senhor Deputado José Luís Amaral para frisar que o PS votará a favor, por toda a história e ligação ao mar da cidade, concretamente através do seu Porto Comercial. Finalizou dizendo que as Portas do Mar têm atualmente a devida importância para esta cidade e para a sua ligação ao mar.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para dizer que o PSD apoia esta iniciativa, pelo facto de a cidade de Ponta Delgada ser marcada pelo ser porto e pela sua baía.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 2 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 3 – PROPOSTA DE EMISSÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI N.º8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Foi presente o ofício n.º 11730, datado de 13 do corrente mês dda Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que explicou tratar-se de proposta que tem apenas uma alteração hoje relativa a um parecer produzido pela Associação Nacional de Municípios, explicando especificamente esta alteração e referindo que a dita alteração foi distribuída a todos os Senhores Deputados hoje. Disse, ainda, que a referida lei é comum a todos os municípios.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para colocar algumas questões. Assim, questionou se seria só necessário garantir as premissas iniciais dos projectos afectos aos planos plurianuais e do valor em causa, pois o entendimento que faz é que haverá mais a responder para além de uma mera autorização, concretamente o artigo 15º e 16º onde, considera, haver uma obrigação do município emitir uma declaração de todos os compromissos plurianuais a ser entregue à Assembleia Municipal, que ainda não sucedeu.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que referiu que quanto ao plano de pagamentos e ao relatório dos pagamentos em atraso, os mesmos foram entregues à Mesa e constam da correspondência recebida, pelo que são de livre acesso aos Senhores Deputados. Disse, ainda, que esta lei só entrou em vigor este mês, razão pela qual se entregou hoje a alteração referida.

Pediu a palavra o Senhor Deputado José Luís Amaral para reforçar o dito pela Senhora Deputada Sónia Nicolau quanto à necessidade da Assembleia Municipal receber, até ao 5º dia, a documentação em causa, só podendo, assim, votar em consciência, solicitando melhor esclarecimento sobre este ponto.

No seguimento, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que disse que não se pode argumentar falta de informação e misturar entre a emissão do parecer e a informação exigida pela lei. Prosseguiu dizendo não haver incumprimento ou insuficiência de informação, que está, aliás, de acordo com a minuta enviada pela Associação de Municípios a todos os municípios, para efeitos desta emissão de parecer, pois são exigências diferentes, cumulativas.

Pediu a palavra o Senhor Deputado José Luís Amaral para solicitar esclarecimento sobre o que significa autorização genérica. Perguntou, ainda, quais os valores que estão aqui em causa, já que não teve acesso aos documentos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que explicou que o parecer é genérico pois não está a definir o compromisso em concreto nem o calendário para cumprimento. Neste sentido, explicou o procedimento a seguir, que começa com o cabimento e com o compromisso, sendo, para tal, necessário o parecer genérico e prévio. Depois, disse, a lei dos compromissos obrigada que tal informação deva passar para a Assembleia quando se encontre na fase do compromisso e do pagamento, não sendo, assim, esta proposta de emissão um “cheque em branco”.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para dizer que a informação agora disponibilizada já deveria ter sido disponibilizada à Assembleia Municipal há mais tempo. Disse, ainda, que o artigo 15º indica que deverá ser até ao 5º dia da entrada em vigor da lei entregue à Assembleia Municipal. Disse, ainda que os compromissos plurianuais só podem fazer-se respeitando as regras e procedimentos e cumpridos os requisitos legais de

execução da despesas, pelo que deveriam ter tido conhecimento prévio, só podendo, deste modo, votar em consciência.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que voltou a frisar que foi cumprida a entrega da documentação, de acordo com a Associação Nacional de Municípios. Disse, ainda, quanto á declaração de compromissos plurianuais da autarquia, que os mesmos estão definidos relativamente aos anos e foram disponibilizados para a Assembleia Municipal. Concluiu dizendo que o executivo cumpriu tudo o que a lei exige.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Conceição Arruda para referir que este instrumento irá atenuar todo o processo administrativo relacionado com os compromissos e pagamento.

Pediu a palavra o Senhor Deputado José Luís Amaral para solicitar esclarecimento quanto á documentação do referido ponto que lhe havia chegado às mãos e quanto ao prazo médio de pagamentos aos fornecedores , dizendo haver pagamentos em atraso há dez anos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que explicou que o prazo de pagamento médio deste município aos fornecedores é de 52 dias. Quanto ao plano de compromissos e ao cumprimento da informação, voltou a sublinhar que foi tudo feito conforme estipulado pela lei.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 3 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, PP, BE e Santa Clara Vida Nova, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para, em jeito de reparo, dizer que considera que terá de ser revisto o procedimento de entregar documentação adicional a uma bancada quando qualquer documentação adicional deverá ser posta à disposição de todos em igual modo.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina que justificou a abstenção pelo compromisso que esta Assembleia assume nomeadamente a autorização prévia e genérica a acções que resultem do plano de investimentos aprovados, tendo já anteriormente o PP votado com abstenção o plano.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para declaração de voto para dizer que o PS não aceita esta forma de entrega de documentação tardia. Prosseguiu dizendo que foi dito pelo Senhor Presidente em exercício que a aprovação em causa seria para o futuro, no entanto, nos considerandos da reunião de vereação o que consta é que "considerando que no momento da aprovação do plano plurianual de investimentos para o ano de 2012 não se encontrava em vigor a supra citada legislação, existe a necessidade de solicitar a autorização previa à Assembleia" portanto não é para o futuro, pois o reporte desta situação remonta a Dezembro de 2011, pelo que não poderá o PS votar favoravelmente neste ponto.

PONTO 4 – CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO, EXPLORAÇÃO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RUA DO CASTILHO.

Foi presente o ofício n.º 11846, datado de 14 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que explicou tratar-se de uma forma de contratação pública aberta ao mercado, com total transparência. No entanto, prosseguiu dizendo que houve um pequeno revés, por alteração da lei, e que foi corrigido na documentação inicial, tendo, no entanto, sido verificado depois que será necessário alterar, ainda, o anexo e o valor que, por lapso, não foram alvo de rectificação.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues que começou por comentar a reação da bancada do PSD quando pediu para intervir, sendo que foi eleita para exercer este mandato, independentemente do tardio das horas, pelo que a bancada do PSD é livre de se ausentar se o quiser fazer. Em

seguida, questionou o facto de este programa já ter sido alvo de apreciação neste Assembleia em Dezembro, pelo que não percebe qual a necessidade de proceder a aprovação de novo caderno de encargos. Relativamente às peças, verificou que foram alterados os factores a ponderar para efeito de adjudicação, deixando De ser exigível a experiencia do concorrente, para além de desaparecer a alínea f) do n.º4. Deste modo, perguntou porque se mudaram os factores e a quem passam a estar imputados os encargos referidos na dita alínea f) do n.º4. Disse, ainda, que o valor cobrado no parque do Castilho é superior ao que foi aprovado por esta Assembleia, sendo a fixação de taxas da competência deste órgão, não compreendendo, assim, como é possível fazer este aumento de valor sem passar pela Assembleia. Finalizou, dizendo Lamentar que não tenha havido a preocupação em criar parceria com concessionário para dinamizar o comércio tradicional.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente em exercício que esclareceu as questões colocadas. Assim, disse que todo o caderno de encargos foi de acordo com as novas exigências legais. Ficou surpreso com o desaparecimento de algumas exigências previstas em alíneas e irá averiguar, mas, disse, decorre da lei geral que caberá a responsabilidade ao concessionário. Quanto aos preços, os de 2012 são os mesmos de 2005.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo que começou por dizer que os munícipes querem que as coisas funcionem bem e de acordo com a lei, neste caso concreto funciona e bem. Não posso deixar de fazer referência à solidariedade devida para com o Senhor Presidente da Mesa Dionísio Leite, quando na ultima Assembleia a bancada do PS se ausentou da reunião, pelo que lamenta o comentário da Senhora Deputada Isabel Rodrigues.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que lamentou o “desenterrar” deste assunto. Continuou dizendo que o Partido Socialista ausentou-se na altura e o falo-á sempre que o Presidente da Câmara evitar responder aos Senhores Deputados ou tentar calá-los. Finalizou a sua intervenção citando o que ouviu a Senhora Presidente da Câmara dizer na

altura da reunião e que considerou vergonhoso, por minimizar o trabalho do Presidente da Mesa.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para dizer que não pode deixar de repudiar aquilo que a Senhora Deputada Sónia Nicolau referiu relativamente às alegadas conversas da Senhora Presidente da Câmara.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o Ponto 4 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD, PP e abstenção do PS e BE, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para declaração de voto, justificando a abstenção do PS pelo facto de os esclarecimentos prestados, embora com boa vontade, não foram suficientes.

PONTO 5 – AMISM – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL – TRANSFORMAÇÃO DA MUSAMI DE ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL EM EMPRESA INTERMUNICIPAL.

Foi presente o ofício n.º 4846, datado de 7 de Março do ano em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea b) do n.º4 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente em exercício que explicou que a empresa MUSAMI funciona no âmbito da AMISM, sendo que para o novo projecto Eco Parque, com a possibilidade de participação de uma gestão mais empresarial e para participação futura de capital privado, é necessário proceder à transformação da MUSAMI em empresa intermunicipal. Concluiu dizendo que a sua transformação posterior será em sociedade anónima, com o nome Valorismo. Fez, ainda, uma abordagem ao que o projecto Eco Parque englobará.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para alertar para o facto de toda a informação transmitida não constar do documento entregue aos Senhores Deputados.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que esclareceu que o pedido de agendamento é feito pela AMISM à Assembleia Municipal, pelo que a informação distribuída vem neste sentido. Em todo o caso, fica agradado com o facto de poder acrescentar informação ao ponto aquando da explicação do mesmo.

No seguimento, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para esclarecer que, não obstante ser louvável a postura de abertura e tolerância do Senhor Presidente em exercício, é verdade que a informação deveria ser dada previamente e não ser complementada.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o Ponto 5 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD e PP e abstenção do PP e BE.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício para apresentação da situação financeira do município de Ponta Delgada.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos da qual se elaborou a presente acta que foi aprovada por e que eu, como primeiro Secretário da mesa, redigi, lavrei e subscrevi.